INCLUSÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DA GESTÃO E SUAS CONTRIBUIÇÕES

SCHOOL INCLUSION: AN ANALYSIS OF MANAGEMENT AND ITS CONTRIBUTIONS

Acadêmica: Jusseli Zacarias Dos Santos

Orientadora: Prof. Me. Percila Silveira de Almeida

RESUMO

Atualmente, e nos últimos anos, a inclusão escolar tem ganhado mais visibilidade e mais importância. A inclusão escolar pode contribuir para que o (a) aluno (a) que possua algum tipo de deficiência esteja integrado (a) à escola. Questiona-se portanto, sea escola está preparada para receber esse aluno. Nesse ponto, a atuação do (a) gestor (a) escolar é extremamente importante, por ser quem poderá proporcionar a este (a) aluno (a) uma escola adaptada com profissionais preparados para recebê-los. O gestor, além de auxiliar os (as) professores (as) no melhor entendimento sobre como receber esses (as) alunos (as), deve preparar a escola, desde o seu Projeto Político Pedagógico, sendo voltado para uma educação mais inclusiva. Este trabalho utiliza como delineamento metodológico uma revisão bibliográfica, na qual analisa legislações e obras referentes à temática. A gestão de uma escola é muito importante para o desenvolvimento de uma escola para todos. Estar à frente de uma escola é muito mais que auxiliar o trabalho dos professores, é também fazer parte da construção de uma sociedade para todos.

Palavras-chave: Gestão Escolar; Inclusão; Deficiência.

ABSTRACT

Currently and in recent years, school inclusion has gained more visibility and importance. School inclusion can help the student who has some type of disability to be integrated into the school. But then the question is, is the school prepared to receive this student? At this point, the performance of the school manager is extremely important, as he is the one who will be able to provide this student with an adapted school with professionals prepared to receive them. The manager, in addition to helping teachers to better understand how to receive these students, must prepare the school, from its Pedagogical Political Project, being aimed at a more inclusive education. This work uses as a methodological design a bibliographic review, in which it analyzes legislation and works related to the theme. The management of a school is very important for the development of a school for all. Being in front of a school is much more than helping the work of teachers, but also being part of building a society for all.

Key-Words: Management. school. Inclusion. Deficiency.

1 INTRODUÇÃO

O mundo possui pessoas com as mais variadas diferenças, diferenças na aparência, nas opiniões, na forma de pensar. E as diferenças são essenciais para a formação de uma sociedade inclusiva. O sonho de qualquer profissional é trabalhar em um ambiente no qual as diferenças somem ao invés de diminuir, nas quais haja respeito e entendimento sobre as diferenças. Da mesma forma, espera-se que isso ocorra na escola. A inclusão escolar de forma efetiva é o sonho de toda escola e de todo professor, uma educação baseada nas diferenças e no coletivo. Independentemente do tipo de deficiência, cabe à sociedade reorganizar-se para garantir acesso a tudo que a constitui e a caracteriza. No ano de 2015, foi criada a Lei nº 13.146, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, tendo como objetivo assegurar e promover condições de igualdade, exercício de direitos e liberdades fundamentais para a pessoa com deficiência. Transformando assim a vida daqueles que muitas vezes eram excluídos e deixados de lado, sem a possibilidade de ter uma oportunidade.

A gestão escolar constitui uma das áreas de atuação profissional na educação destinada a realizar o planejamento, organização, liderança, orientação, mediação, coordenação, monitoramento e avaliação. A gestão escolar constitui uma das áreas de atuação profissional na educação destinada a realizar o planejamento, a organização, a liderança, a orientação, a mediação, coordenação, monitoramento e avaliação dos processos necessários a efetividade das ações educacionais.

Ao pensar para que a inclusão seja de forma efetiva, é necessário o empenho de todos os profissionais presentes na escola, principalmente do gestor, visto que é a partir dele que sairão as mudanças positivas que irão ocorrer em sala de aula. O gestor tem o papel de possibilitar e criar maneiras de incluir os alunos efetivamente, e isto pode ocorrer de algumas formas, que serão discutidas no decorrer do texto.

O objetivo principal da inclusão é que o aluno sinta-se parte da comunidade, sinta-se à vontade em fazer parte e principalmente de construir o conhecimento juntamente com seus colegas. A inclusão escolar permite que o aluno que possua algum tipo de deficiência faça parte da estrutura social que é a escola.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Educação no Brasil

É direito de todos uma educação de qualidade, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). A realidade das escolas pelo Brasil é variada e é importante e imprescindível que a escola esteja preparada para construir conhecimentos de acordo com cada realidade.

A escola constrói uma imagem de um local de cuidado, segurança, zelo e aprendizagem; nela tem de estar professores qualificados para a construção dos saberes juntamente com os alunos. Conforme Paulo Freire, é necessário que nossas falas sejam corporificadas pelo exemplo, ou seja, devemos usar nossa prática de acordo com o que defendemos (FREIRE, 1996). Pensa-se a partir desta citação, como está sendo feito esse elo de diálogo na escola. Qual a preparação dos cursos de graduação na formação de docentes para trabalhar com alunos de forma democrática?

A educação faz parte da construção do ser humano, tendo uma função social, pois tem um papel essencial na formação. De acordo com Orth (1989), a educação brasileira centra no indivíduo e suas ações, excluindo os contextos grupais,

coletivos, comunitários, históricos e temporais, eliminando, assim, as possibilidades de construção para a humanização. A escola busca uma formação humanizadora, na qual os alunos coloquem-se no lugar uns dos outros, pensem no coletivo e não apenas nas conquistas próprias. A escola pode ser a grande mediadora do conhecimento necessário à comunidade, para que ela possa construir realidades mais humanas para viver (ANTUNES, 2008). A escola foca na formação de sujeitos autônomos, capazes de colaborar efetivamente e conscientemente com as tomadas de decisões, desde o convívio familiar até o escolar e social como um todo (ORTH, 2011). A escola deve contribuir de forma que os alunos compreendam mais criticamente a realidade vivida para, assim, ter condição de agir sobre ela, transformando-a para melhor.

2.2 Gestão Escolar

A gestão escolar tornou-se foco de discussões em diversos congressos e simpósios por apresentar grande importância como um dos mecanismos de melhoria da qualidade e desenvolvimento da educação (VIEIRA, 2018). Ainda, compreende-se que o ensino oferecido nas escolas se apresenta como sendo o principal meio capaz de impulsionar a transformação da atual sociedade em que vivemos, com desigualdades e problemas sociais (VIEIRA, 2018).

Historicamente falando, a gestão escolar no Brasil é determinada de acordo com as orientações previstas na Lei nº9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Vieira (2018) aborda que anteriormente à LDB, a direção da escola era centralizada no diretor, que atuava como tutelado aos órgãos centrais, zelando pelo cumprimento de normas e regulamentos. Luck (2006) relata que o bom diretor era o que cumpria obrigações de forma plena e zelosa, de forma que garantisse que a escola segue um padrão estabelecido em âmbito central ou em nível hierárquico superior. O tema gestão escolar tem se firmado com um expressivo campo da pesquisa acadêmica em decorrência do fato de que a escola vem se consolidando como espaço importante de formação humana em decorrência das marcantes inovações tecnológicas e de desenvolvimento (ALMEIDA, 2014).

Luck (2009) diz que, a gestão escolar constitui uma das áreas de atuação profissional na educação destinada a realizar o planejamento, a organização, a liderança, a orientação, a mediação, a coordenação, o monitoramento e a avaliação dos processos necessários a efetividade das ações educacionais, orientadas para a promoção da aprendizagem e formação dos alunos.

A gestão escolar é uma construção coletiva, não podendo ser fragmentada, deve ser construída de forma participativa e interdisciplinar. A gestão escolar tem como objetivo propiciar aos estabelecimentos escolares uma administração eficiente, sendo fundamental no processo de democratização da escola, envolvendo tanto aspectos pedagógicos como burocráticos. Precisa promover condições, meios e recursos necessários ao ótimo funcionamento da escola e do trabalho em sala de aula, promovendo o envolvimento das pessoas no trabalho por meio da participação, garantindo a aprendizagem de todos os alunos (FERREIRA, 2009).

> Cabe ressaltar que a gestão escolar é um enfoque de atuação, um meio e não um fim em si mesmo. O fim último da gestão é a aprendizagem efetiva e significativa dos alunos, de modo que, no cotidiano que vivenciam na escola desenvolvam as competências que a sociedade demanda, dentre as quais se evidenciam pensar criativamente: analisar informações e proposições diversas, de forma contextualizada; expressar ideias com clareza, oralmente e por escrito; empregar a aritmética e a estatística para

> resolver problemas; ser capaz de tomar decisões fundamentadas e resolver conflitos. (LUCK, 2009).

A gestão escolar busca formas de melhorar o funcionamento de uma escola, considerando que o objetivo final seja uma aprendizagem significativa por meio dos alunos. A gestão pode ser vista como a operacionalização das políticas internas de uma organização que podem ser desencadeadas frente a demandas ou sistemáticas adotadas, atreladas aos interesses do gestor ou da coletividade.

A qualidade da educação é de interesse tanto da equipe escolar como dos pais, por isso é importante haver uma relação entre a escola, a família e a comunidade. De acordo com Andrade (2019), quando o gestor e sua equipe perguntam, registram e divulgam as necessidades e aspirações da comunidade escolar, existe uma maior possibilidade de se atingir o objetivo da educação, formar cidadãos não apenas com conteúdo, mas capazes de fazer suas escolhas.

> A gestão de educação é mais que uma simples eficiência administrativa, pois nela está contido também o exercício do poder e do desenvolvimento das estruturas localizadas abaixo, através e além dos mecanismos parlamentares, a gestão da educação testa as regras de engajamento entre os grupos de interesse, definindo as hierarquias e as regras de procedimento (ABU-DUHOU, 2002).

A gestão pode se dar de diversas formas, mas, neste ponto, aborda-se a gestão pedagógica. De acordo com Luck (2009), a gestão pedagógica é de todas as dimensões da gestão escolar, a mais importante, pois está diretamente envolvida com o foco da escola, que é o de promover aprendizagem e formação dos alunos. É imprescindível que haja uma união entre gestores escolares e equipe pedagógica, em prol de uma educação de qualidade.

2.3 **Inclusão**

A realidade das escolas brasileiras é muito diversas. De acordo com a Constituição Federal do Brasil, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania” (BRASIL, 1988). É direito de todos uma educação de qualidade:

> A escola, para um número relevante de crianças brasileiras, é o principal ou único espaço de desenvolvimento e apropriação de conhecimentos universais, cabendo a ela proporcionar às crianças, o desenvolvimento de todas as suas potencialidades, criando mecanismos de apropriação cultural, social, afetivo e intelectual (DRAGO, 2014).

A escola pode ser a grande mediadora do conhecimento necessário à comunidade para que ela possa construir realidades mais humanas para viver (ANTUNES, 2008). Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-lhes direito à liberdade, à igualdade, à segurança e à prosperidade (BRASIL, 1988). Em um país como o Brasil, com uma vasta diversidade sociocultural, econômica, racial e religiosa, é preciso que todos assumam postura de responsabilidade social para que seja possível conquistar uma sociedade inclusiva (HERNANDAS, 2005).

Em meados da década de 1980, foi desenvolvido o conceito de inclusão, visando valorizar a diversidade humana, o direito de pertencer, bem como a igual importância das minorias (WIEVIORKA, 2005). Inclusão, portanto, é uma prática social que se aplica no trabalho, na arquitetura, no lazer, na educação, na cultura, mas, principalmente, na atitude e no perceber das coisas (CAMARGO, 2017).

Para Mantoan (2004) “há diferenças e há igualdades, e nem tudo deve ser igual, nem tudo deve ser diferente, [...] é preciso que tenhamos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza”. Inclusão não significa inserir a pessoa com limitações ou dificuldades dentro do sistema de ensino, mas, sim, preparar esse ambiente para recebê-la (FERREIRA, 2009). Incluir significa organizar e implementar respostas educativas que facultem a apropriação do saber, do saber fazer e da capacidade crítica e reflexiva (FERREIRA, 2009).

Consta da Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, que dispõe sobre a inclusão de pessoa com deficiência, e na Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência, redigida pela Organização das Nações Unidas em 2006:

> Pessoa com deficiência são aquelas que possuem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições como as demais pessoas (BRASIL, 2009).

Consta no 4º artigo da Lei citada acima que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. Ainda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, em seu artigo nº59, preconiza que os sistemas de ensino tem que assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organizações específicas para atender às necessidades.

Nos dias atuais, a inclusão de alunos com deficiências nas escolas regulares do Brasil é assegurada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Para a devida inclusão é necessário a adaptação dos sistemas de ensino para que, desta forma, seja efetivada a aprendizagem. No Brasil, a Resolução do Conselho Nacional de Educação define as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e afirma que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento ao educando com necessidades educacionais especiais, assegurando condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001).

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), as pessoas com deficiência constituem atualmente 15% da população mundial. De acordo com o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, as pessoas com deficiência correspondem a 25% da população (IBGE, 2020). Para Almeida e Badalotti (2018) a deficiência tem causado muitos problemas sociais nas famílias por privação de acesso aos seus direitos humanos, à saúde, à educação e aos outros direitos.

Para receber estudantes, salas de aula precisam estar adaptadas, com rampas, elevadores e a sala deve possuir acomodações destinadas a permitir acesso igualitário entre os alunos.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade de diferença como valores indissociáveis e que avança em relação a ideia de equidade (BRASIL, 2008). A educação inclusiva é aquela que oferece um ensino adequado às diferenças e às necessidades de cada aluno e não deve ser vista lateralmente ou isolada, mas como parte do sistema regular (OLIVEIRA, et al., 2012). De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB):

> Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino,

> para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996).

Para o autor Teixeira (2003), houve uma extensa necessidade, por parte da escola, de repensar os métodos de ensino. Nesse sentido, a educação começa a direcionar seus trabalhos, priorizando formas de ensino de acordo com as singularidades de cada criança, visto que cada uma possui um processo de aprendizagem e um jeito de ser.

Uma educação inclusiva implica em novos paradigmas pedagógicos, capazes de favorecer a construção de uma educação plural, transgressora e democrática, desconstruindo o sistema escolar excludente, normativo e elitista (MARTINS; ANDRADE, 2010). Na escola inclusiva, o aluno é visto como sujeito integral e capaz, não tendo sua identidade determinada por modelos ideais, permanentes e essenciais (MANTOAN, 2015). Mészáros (2008), relata que o simples acesso à escola é condição necessária, mas não suficiente para tirar das sombras do esquecimento social milhões de pessoas cuja existência só é reconhecida nos quadros estatísticos.

A inclusão escolar foi e tem sido um enorme desafio para o nosso sistema educacional, sobretudo no que diz respeito a universalização da educação básica e o desenvolvimento de uma educação unificada (SAVIANI, 2011). A inclusão é um caminho que está sendo construído, em vias de consolidar uma sociedade mais justa, solidária e apta a garantir os direitos das pessoas que nela vivem (MIRANDA, 2019). Na inclusão, a ideia subjacente é que o aluno não se molda à escola, ou seja, o problema não está centrado na pessoa com necessidades específicas, mas nas interações que estabelece com as condições de ensino e aprendizagem que a escola possibilita (MAGALHÃES, 2003). Visto isto, pensa-se, qual o papel da gestão escolar no efetivo processo de inclusão escolar.

2.3.1 Ingresso e permanência de alunos com deficiência na escola

Além de um cuidado com as possibilidades para todos os alunos possam frequentar a sala de aula, é necessário que haja formas de mantê-lo dentro dela, participando ativamente. Existem diversos documentos que garantem os direitos às crianças com deficiência, como a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, a qual, explicita os direitos relativos à dignidade, autonomia, liberdade e independência, a não discriminação, participação plena, respeito e aceitação, igualdade de oportunidades, acessibilidade, igualdade de gênero e respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência (BRASIL, 2009). A inclusão de alunos na sala de aula visa ofertar uma educação de qualidade para todos, onde haja condições e possibilidades para todos os alunos, sem distinções. A plena participação das pessoas com deficiência é fundamental. Carandina (2007), aborda que a educação inclusiva tem como principal objetivo promover o exercício da cidadania e a garantia dos direitos de todos, assim sendo, é consequência de um movimento mundial, onde organizações, líderes políticos, educadores e pessoas com deficiência tê m uma participação efetiva. A busca pela efetividade de uma educação inclusiva vai além de incluir o aluno em sala de aula. De acordo com Manzini (2008), o acesso é comprometido não só ao ingresso à educação, mas à permanência desse aluno na instituição. Ou seja, de acordo com a citação anterior, percebe-se que não apenas o acesso à escola garante os direitos da pessoa com deficiência, é necessário que se mantenha a permanência desse aluno, para isso é necessário que sejam criadas condições adequadas para o sucesso da educação.

A inclusão de alunos com deficiência é benéfica a todos, visto que é um momento de criar uma maior valorização da diversidade, criando um convívio entre alunos com e sem deficiência, de forma que busque a valorização do desenvolvimento tanto cognitivo como emocional.

2.4 Olhar da Gestão sobre a inclusão

A inclusão visa garantir que todos os alunos, independentemente das suas características e diferenças, acedam a uma educação de qualidade e vivam experiências significativas (FREIRE, 2008). Ao olhar da inclusão, é imprescindível que todos os alunos acessem um mesmo currículo, porém para que isso ocorra, é necessário que sejam criadas condições .

Na concepção Freiriana, a educação é um instrumento para a libertação (FREIRE, 1996), é preciso que esteja presente na vida de todos os indivíduos, sem distinções. O principal objetivo da educação é tornar uma sociedade mais inclusiva, ou melhor, menos excludente. Vale lembrar que para se ter uma sociedade inclusiva não basta ter espaços adaptados para todos, é importante conscientizar as pessoas sobre as diferenças e a aceitação dessas diferenças, valorizar as diferenças, conviver e cooperar para que todos possam viver em comunidade. A partir dessas considerações, pensa-se que a inclusão deve garantir a todas as pessoas acesso à educação de qualidade com respeito à s diversidades e às diferenças.

> A inclusão social é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade, através de transformações pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos), equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliários e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais (SASSAKI, 2002).

A inclusão exige o repensar das condições da prática docente e de suas dimensões, bem como de suas repercussões na organização curricular e na avaliação (RIBEIRO, 2003). Não é só de ambientes adaptados que se faz a inclusão, é mudanças nas concepções das pessoas, é entender o papel de cada um na sociedade e da importância do respeito às diferenças. A inclusão visa, além de um melhor convívio em sociedade, ações educativas que busquem a autonomia dos sujeitos que fazem parte dessa história. A gestão escolar busca valorizar os direitos dos sujeitos que fazem parte dessa comunidade de forma que a proposta pedagógica da escola garanta a participação de todos.

Consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais que o Projeto Político Pedagógico da escola deve orientar a operacionalização do currículo, este que servirá como recurso para promover o desenvolvimento e as aprendizagens dos alunos, buscando vencer as limitações de forma a respeitar as particularidades de cada indivíduo. Assim, percebe-se a importância de um currículo bem planejado de forma que valorize as características presentes em cad a realidade. É importante, nesse ponto, que o currículo da escola esteja preparado para a construção com realidades distintas.

> Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive, a transmissão de conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento

> escolar, ou seja, o currículo propriamente dito, nesse sentido, refere-se à organização do conhecimento escolar (VEIGA, 1995).

É importante que esteja claro que o currículo necessita ser visto como um instrumento de integração, no qual os conhecimentos sejam construídos para com o indivíduo de forma integrada, de forma interdisciplinar. Azevedo e Cunha (2008) complementam informando que o currículo é um objeto de controle social, que interfere diretamente sobre os educandos, de acordo com a ideologia que é construído, podendo determinar ou reforçar as desigualdades sociais e consequentemente o fracasso escolar. O currículo precisa ser construído de forma a dar liberdade ao educando, para que assim possa expressar-se participando na construção de uma sociedade mais apta às realidades mutáveis que se vive .

O diretor é um dos principais atores da educação inclusiva, visto que ele deve demonstrar, ao professor, pensamentos e ações que sirvam para a inclusão, sendo fundamental na superação de barreiras a partir de palavras e ações adequadas que reforcem o apoio aos professores (SAGE, 1999). Ainda, o mesmo autor relata que a relação entre o gestor e a educação inclusiva requer mudanças, os gestores são essenciais no processo, pois lideram e mantém a estabilidade no sistema (SAGE, 1999). As mudanças necessárias para uma educação inclusiva envolvem diversos sistemas, desde a secretaria, a organização da escola bem como a organização de materiais didáticos.

O primeiro passo para uma educação inclusiva é construir uma comunidade que englobe o planejamento e o desenvolvimento curricular. N esse ponto, pode-se citar a importância de um Projeto Político Pedagógico (PPP) construído juntamente com a comunidade escolar, visando uma inclusão efetiva dos alunos. O segundo passo é a preparação da equipe que irá construir realidades, trabalhar de maneira cooperativa, desenvolver um programa contínuo e o terceiro passo busca a criação de uma relação da comunidade com a escola, na qual deve haver uma comunicação aberta e uma troca de conhecimentos. Para a efetiva consolidação da educação inclusiva, é necessário que toda a comunidade escolar, os membros da escola, estejam envolvidos no planejamento. De acordo com Santana (2005), docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas.

2.4.1 **Construção do Projeto Político Pedagógico**

O Projeto Político Pedagógico (PPP) vem como um guia para as escolas. Ele mostra os objetivos da escola, a missão, a visão, metas e estratégias. Mostra-se importante pois ele é uma direção, um rumo para a escola tomar, é um documento formal, mas tem de ser acessível a todos, inclusive aos pais e responsáveis. A realidade presente das escolas são as mais distintas, visto isso, percebe-se a importância de uma construção de um PPP que venha ao encontro das funções escolares, além da educativa, a social e política. A construção do projeto político pedagógico precisa levar em consideração a intencionalidade educativa, ou seja, propor que a comunidade escolar reflita sobre qual a educação desejada, quais as concepções da comunidade escolar e quais as práticas educativas estão trabalhando, no sentido de construir uma educação inclusiva (CARVALHO, 2008).

A intencionalidade educativa defendida pelo autor na citação anterior, preocupa-se com a formação do cidadão na atualidade, a intencionalidade educativa é o que se pretende alcançar com o processo educacional escolar e é considerada como o

ponto de partida para a construção do PPP (CARVALHO, 2008). O PPP de uma escola tem que ser organizado e consciente devendo ser construído de forma conjunta com toda a comunidade escolar, sendo que pais e responsáveis, equipe diretiva, equipe de professores, comunidade em torno da escola, todos carecem estar presentes para que assim possa ser feito uma discussão sobre qual escola almeja. Carvalho (2008), relata que o PPP da escola representa a identidade da mesma, sua filosofia de educação e principalmente as intenções que pretendem concretizar. É a partir da construção do PPP que se espera uma escola mais inclusiva. De fato, neste ponto, é importante que o gestor escolar tenha em mente a escola que almeja, uma escola para todos, para assim, poder construir uma escola democrática para todos.

2.4.2 Gestão Democrática

É um desafio para o gestor escolar construir uma escola que acolha todas as diferenças e dificuldades de forma inclusiva, respeitando as realidades distintas. Para que a ideia de uma gestão que seja voltada para TODOS seja eficaz, é necessário que o gestor tenha em mente a importância da participação de todos, sendo assim, é importante que o gestor esteja por dentro de todos os acontecimentos da escola, a relação entre professores, alunos e demais profissionais da escola.

Todos os profissionais, tanto professores como gestores, necessitam questionar-se sobre suas práticas reflexivas, devem entender a diversidade no cotidiano escolar. Boaventura (2008), discorre que um dos desafios é como ensinar uma escola para todos, quais habilidades dos profissionais da educação precisam desenvolver para atender à diversidade de forma inclusiva. É necessário que haja uma preocupação quanto a construção de habilidades que alcancem a todos:

> O gestor, tem que valorizar atitudes e ações éticas que são aberturas para o diálogo, para conhecer a realidade na qual o educando vive e da qual ele participa, para conhecer os medos e incertezas, e assim, colaborar para que o educando supere suas dificuldades e se sinta detentor de muitos valores e saber que todos somos diferentes e essas diferenças nos igualam, pois cada ser humano é único. (BOAVENTURA, 2008).

Os gestores devem acreditar na sua capacidade de atender à realidade da escola, desenvolver recursos e planejamentos de acordo com as necessidades de cada aluno.

3 CONCLUSÃO (ÕES) OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão de uma escola é muito importante para o desenvolvimento de uma escola para todos. Estar à frente a uma escola é muito mais que auxiliar o trabalho dos professores, é também fazer parte da construção de uma sociedade para todos. Visto isso, é muito importante que o gestor tenha sempre em mente a construção de uma escola para todos. Neste ponto, percebe-se como é importante que o gestor realize um trabalho de forma que auxilie no entendimento de todos sobre a inclusão.

Não só a parte física é importante, o desenvolvimento de um currículo para todos, assim como um Projeto Político Pedagógico (PPP) que alcance todas as diferenças e respeite todas as dificuldades. A construção de um PPP que inclua

todos os alunos, sem exceções, é desejável. Por isso é importante que, durante a construção do mesmo, sejam ouvidos, pais, responsáveis, comunidade ao redor da escola, professores, alunos, de forma que construam um projeto que seja feito para todos.

Não só isso, mas a busca por uma educação mais democrática é fator importante de atenção da gestão para a inclusão.

(Re)pensar a educação inclusiva é (re)pensar o ser gestor. Pensar em como está se dando a construção do conhecimento com o educando, se está sendo devidamente de qualidade como dita por Lei, se está sendo ofertado tudo que a Lei torna como obrigatório. Pessoas com deficiência enfrentam muitas barreiras em sua vida, tanto na relação social quanto cognitiva, muitas vezes sendo desqualificadas para papéis impostos pela sociedade, onde são postas as baixas expectativas sobre o indivíduo, muitas vezes privadas de oportunidades acadêmicas ou sociais.

Cada indivíduo possui uma realidade e uma vivência, cabe à sociedade entender e respeitar a individualidade de cada um, cabe também à escola preparar seus docentes e suas equipes de profissionais para cada aluno. O estado institui que é direito de crianças e adolescentes uma educação de qualidade, e que assim seja. Espera-se que, independentemente da diferença, todos tenham direito a construir seus conhecimentos de forma significativa, seguindo suas vivências e experiências.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. B. de; BADALOTT, G. M. **Metodologias ativas na arte de ensinar**. In: Congresso Internacional ABED de Educação a Distância. 24, 8 Florianópolis, 2018.

ANDRADE, J. dos. S. F. de. **Gestão Escolar democrática:** um estudo sobre o Projeto Político Pedagógico da escola. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019;

ANTUNES, Ângela. **Aceita um conselho:** como organizar os colegiados escolares. São Paulo: Editora Cortez/IPF, 2008;

BOAVENTURA, R. S. **A gestão escolar na perspectiva da inclusão**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Oeste Paulista, UNOESTE, Presidente Prudente, SP, 2008;

BRASIL, **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu protocolo formativo.

BRASIL, **Decreto número 6.949** de 25 de Agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das pessoas com deficiência. Disponívelem:http://www.planalto.gov.br/c9/decreto/d6949.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.949%2C%20DE%2025,30%20de%20mar%C3%A7o%20de%202007;

BRASIL, **Lei nº13.146** de 06 de Julho de 2015. nhttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001;

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988;

BU-DUHOU, I. Uma gestão mais autônoma das escolas **Uma gestão mais autônoma das escolas**. Brasília: UNESCO, 2002

CAMARGO, E. P. de. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial:** enlaces e desenlaces. Ciência Educação Bauru, v.23, n1, Bauru, 2017

CARANDINA, L. **Ingresso, permanência e competência**: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. 2007;

CARVALHO, J. B. dos. S. **A importância da formação de professores na escola inclusiva: estudo de caso da escola classe nº64 de Ceilândia Sul-Brasília/DF**. Universidade de Brasília, Brasília, 2008;

DRAGO, R. Inclusão na Educação Infantil. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014;

FERREIRA, M. S. (2007). Educação Regular, Educação especial – Uma história de Separação. Porto: Edições Afrontamento. 2007;

FERREIRA, N. S. C. (org.) **Formação continuada e gestão da educação**. São Paulo, Cortez, 2007. p. 17-42;

FREIRE, S. Um olhar sobre a inclusão. Revista da Educação, v. XVI, n.1, 2008;

HERNANDES, R. B. **Um estudo de princípios norteadores para a formação continuada de educadores que atuam na profissionalização das pessoas com deficiência visual.** Presidente Prudente, 2005;

LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009;

MAGALHÃES, R. de C. B. P. (org). **Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial**. 2. ed. rev. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003;

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar:** o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2004;

MANTOAN, M. T. E**. Inclusão Escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015

MANZINI, E. J. Inclusão e Acessibilidade. In: **Revista da Sobama**, v.10, n.1, 2008;

MARTINS, C. de. A. F.; ANDREDADE, L.B. P. de. **A importância da formação continuada do professor para a inclusão da criança com deficiência na educação infantil.** II Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. UNESP, 2010;

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Trad. de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008;

MIRANDA, F. D. **Aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil.** Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva, Manaus, v.2, n.3, 2019;

OLIVEIRA, E. de. S.; SILVA, T. P. da.; PADILHA, M. A. de. O.; BOMFIM, R. da. S. **Inclusão Social:** professores preparados ou não? Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Revista Polêm!ca, v.11, n.2, 2012;

ORTH, L. M. E. (Tradutora). **O processo educativo segundo Paulo Freire e Pichon-Rivière.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989. p. 27-29.

REIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Ed. Ega. 1996;

RIBEIRO, M. L. S.; BAUMEL, R. C. R. de C. **Educação Especial:** Do Querer ao Fazer. São Paulo: Editora AVERCAMP Ltda, 2003.

SAGE, D. **Estratégias administrativas para a realização de ensino inclusivo**. 1999;

SANTANA, I. M. **Educação Inclusiva**: concepções de professores e diretores. Psicologia em estudo, Maringá, v.10, n.2, p.227-234, 2005;

SASSAKI, R. K. **Inclusão construindo uma sociedade para todos**. 3 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002;

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 36ed, Campinas: Autores Associados, 2011;

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2ºed, São Paulo: Cortez, 2017;

TEIXEIRA, P. P. **Psicólogo escolar**: esse desconhecido. N.2, Curitiba, Revista Eletrônica de Psicologia, 2003;

VEIGA, I. P. A. **Inovações e projeto político pedagógico**: uma relação regulatória ou emancipatória? Caderno CEDES, Campinas, v.23, n.61, p. 267-283, 1995;

VIEIRA, A. E. R. **A gestão escolar no contexto das escolas técnicas**. Universidade de Taubaté, 2018;

WIEVIORKA, M. (2005) **La violence**. Paris: Hachette.